

ACERCA DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

Dominique Vieira Coelho dos Santos
Doutorando em História pela
Universidade Federal de Goiás*
E-mail: srodomeniko@yahoo.com.br

RESUMO

Representação é uma das palavras mais frequentes no discurso historiográfico atual. Este artigo apresenta um breve mapeamento de caráter epistemológico e elenca algumas sugestões significativas para interpretação e usos do conceito.

Palavras-Chave: Representação, Teoria da História, Historiografia, Discurso, Conceito.

ABSTRACT

Representation is one of the most frequent words in current historiography. This paper presents a short epistemological mapping and lists some significant suggestions for interpretation and uses of the concept.

Keywords: Representation, Theory of history, Historiography, Discourse, Concept.

Representação é um termo que tem sido bastante mencionado nos últimos anos no Brasil, principalmente por aqueles historiadores que partilham dos discursos elaborados em torno do que costuma-se classificar como *História Cultural*. Todavia, grande parte dos trabalhos que fazem uso deste conceito sequer apresenta uma crítica sobre o mesmo. Ao contrário, o mencionam aleatória e discriminadamente como se ele tivesse um único significado e uma história contínua. A maioria das vezes que o termo aparece nos textos escritos no Brasil ele se encontra vinculado às obras de Carlo Ginzburg e Roger Chartier, quando muito, relacionam-se à obra de Serge Moscovici e Denise Jodelet, articuladores do conceito de *representações sociais*. A impressão que se tem é de que estes autores são os expositores máximos desta problemática e único caminho possível para o diálogo, quando na verdade, estão inseridos em uma ampla tradição de reflexão para a qual é importante a idéia da *representação* e, tendo em vista a história deste conceito, a partir dos mesmos, desenvolve-se apenas algumas contribuições acerca de aspectos específicos.

* Aluno bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, nível Doutorado.

Observemos também o fato de que, se por um lado, há quem sugira que os historiadores não devem deixar de lado as problemáticas oriundas das dimensões filosóficas do conceito de representação, pois se trata de um conceito fundamental para a teoria da história (Falcon, 2000), por outro, há quem defenda que o termo seja simplesmente abandonado, que devemos parar de mencioná-lo devido à sua complexidade (Mayo, apud: Pitkin, 1967: 6). Devido a estas dificuldades e diante do pouco conteúdo em língua portuguesa sobre um dos termos mais mencionados na historiografia atual no Brasil é que sentimos a necessidade de escrever sobre esta questão. Nosso objetivo neste artigo é fornecer alguns subsídios para uma reflexão historiográfica acerca do conceito de *representação*. Primeiramente, o leitor poderá encontrar uma discussão filosófica e etimológica do termo. A seguir, apresentamos um breve comentário sobre as *representações sociais* e, finalmente, abordamos a problemática da *representação* para a teoria da história, momento em que sugerimos uma forma de compreender e operar o conceito de *representação* esboçando uma tentativa de fuga aos modelos duais que podemos encontrar na maioria dos trabalhos.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ETIMOLÓGICAS E FILOSÓFICAS.

Representação pode ter vários sentidos em português. Trata-se de uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. No latim clássico, seu uso é quase inteiramente reservado para objetos inanimados e não tem relação alguma com pessoas *representando* outras pessoas ou com o Estado romano. Hanna Fenichel Pitkin (1967) diz que o conceito de *representação* tem um significado altamente complexo. Em sua obra, podemos observar o esboço de uma história das famílias de palavras relacionadas com o que conhecemos como *representação* para demonstrar como o significado deste termo tem se tornado cada vez mais abstrato.

A autora nos mostra que até mesmo em idiomas próximos do seu, como o alemão, os mapas semânticos das palavras diferem. A língua alemã apresenta três palavras distintas para o que, em inglês, só se pode expressar com o termo “represent”. São elas: *vertreten*, *darstellen* e *repräsentieren*. A primeira delas, “vertreten”, significa “atuar como um agente para alguém”; “darstellen”, traduz a idéia de “retratar” ou “colocar algo no lugar de”; O significado da terceira, “repräsentieren”, é próximo ao de “vertreten”, só que

mais formal e com conotações mais elevadas. Os teóricos alemães da política dizem que meros interesses privados e egoístas podem ser “vertreten”, mas o bem comum ou o bem do Estado deve ser “repräsentiert”¹. De forma alguma o significado de “repräsentieren” é próximo do de “darstellen”. Desta forma, para quem fala a língua inglesa, e também para quem, assim como nós, fala o português, o modo pelo qual uma pintura, um pintor ou um ator de palco *representa*, e também o modo pelo qual um agente ou um legislador eleito *representa*, estão ligados ao mesmo termo. O mesmo não ocorre para quem fala o alemão (Pitkin: 2006).

A expansão da palavra “repraesentare” começa nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais *representam* a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Um outro exemplo é o dos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva. Desta forma, uma comunidade seria uma *persona non vera sed repraesentata*. Assim, a partir deste momento, o termo *representação*, passa a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear”. O termo passa a ser aplicado a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém”. Além disso, significa “produzir uma peça”. Na teoria política, o conceito de *representação* é encontrado pela primeira vez em 1651, em *O Leviatã* de Thomas Hobbes.

Em meados do século XVIII, um escritor familiarizado com o direito romano e com o pensamento eclesiástico alegórico podia argumentar que o magistrado *representa* a imagem de todo o Estado. Ou seja, a *representação* de tipo alegórico ou imagético, que é oriunda de metáforas cristãs, é aplicada a um magistrado secular. O aparecimento da palavra “represent” no Oxford English Dictionary ocorre possivelmente no final do século XIV. A partir daí, a palavra “repraesentare” passa a ser utilizada cada vez mais de acordo com os desenvolvimentos de idéias representativas na teoria política e o desenvolvimento das instituições, por exemplo, o Parlamento inglês (Pitkin: 2006).

Nicola Abbagnano, em seu *Dicionário de Filosofia* (2007), indica que *representação* significa “imagem” ou “idéia” ou ambas as coisas e que este termo foi usado pelos escolásticos para se referir ao conhecimento como “semelhança” do objeto. Guilherme de Ockham distinguia três significados fundamentais para o termo *representação*, mostra Abbagnano. Em primeiro lugar, a *representação* designa aquilo

¹ Hanna Fenichel Pitkin cita este exemplo em um texto seu chamado “representation”, que lemos na tradução para o português de Wagner Pralon Mancuso e Pablo Ortelhado, professores da Escola de Artes e Humanidades da USP. Segundo ela mesma diz, este exemplo é retirado de seu livro denominado “Wittgenstein and Justice”, publicado em 1972.

por meio do qual se conhece algo. Ou seja, o conhecimento é representativo; Em segundo lugar, por *representar* pode-se entender conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra. Neste sentido, a imagem *representa* aquilo de que é imagem. E em terceiro lugar, por *representar* entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa o conhecimento. O autor conclui sua reflexão acerca do vocábulo *representação* em Ockham resumindo estas concepções da seguinte forma: no primeiro caso, a *representação* é a idéia no sentido mais geral; no segundo, é a imagem; e no terceiro, é o próprio objeto (Abbagnano, 2007: p. 853).

Na continuação da história do desenvolvimento do vocábulo “representação”, Abbagnano diz que com a noção apresentada por Descartes, em suas meditações, da idéia como “quadro” ou “imagem” da coisa, o termo voltou a ter importância. Após isso, foi difundido na obra de Leibniz, que afirma que a mônada é uma *representação* do universo. Mas a difusão deste termo em língua alemã e em outras línguas européias coube a Wolf. Após isto, Kant estabeleceu um significado geral para o vocábulo *representação*, considerando-o o gênero de todos os atos ou manifestações cognitivas, não dependendo de sua natureza de quadro ou semelhança e deste modo o conceito passou a ser utilizado em filosofia (Abbagnano, 2007: p. 853).

Carlo Ginsburg, seguindo Roger Chartier, destaca a ambigüidade do termo “*representação*”, que ora “faz as vezes da realidade representada”, evocando a ausência; ora a torna visível, sugerindo sua presença. Esta oscilação entre substituição e evocação mimética já está registrada no verbete “*représentation*” desde 1690 no *Dictionnaire universel* de Furetière (Ginsburg, 2001: p.85).

Gustavo Blázquez (2000:170) escreve que nos dicionários de língua portuguesa o significado de *representação* é construído em torno de quatro eixos: 1) A *representação* é “o ato ou efeito de tornar presente”, “patentear”, “significar algo ou alguém ausente”; 2) A *representação* é “a imagem ou o desenho que representa um objeto ou um fato”; 3) A *representação* é “a interpretação, ou a performance, através da qual a coisa ausente se apresenta como coisa presente”; 4) A *representação* é “o aparato inerente a um cargo, ao status social”, “a qualidade indispensável ou recomendável que alguém deve ter para exercer esse cargo”; a *representação* também se torna “posição social elevada”.

Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra consideram que houve uma renovação na historiografia brasileira na década 1984-1994¹, isso ocorreu não apenas pela incorporação de novos objetos e novas fontes, mas principalmente pela utilização do conceito *representação*, todavia, segundo elas, podemos notar vários problemas relacionados com os usos do mesmo: 1) Os trabalhos apresentam uma bibliografia restrita demais ou então uma lista tão ampla de autores a ponto de descaracterizar a proposta do trabalho; 2) muitos dos títulos citados não apresentam qualquer relação com a opção metodológica de análise; 3) dificuldade de incorporar ao trabalho as reflexões teóricas dos autores mencionados na bibliografia; 4) muitos textos não conseguem ultrapassar o nível descritivo do material empírico, apesar das proposições analíticas anunciadas na introdução; 5) extremo ecletismo, utilizando autores com posições teóricas distintas sem fazer a necessária distinção; 6) incapacidade de integrar a discussão teórico-metodológica à descrição das fontes (Capelato; Dutra, 2000: p. 251).

Existem vários autores que utilizam este termo *representação/representações* como suporte teórico para suas obras. No momento em que este artigo estava sendo escrito, localizamos no banco de teses e dissertações da USP², por exemplo, vários trabalhos que continham este conceito em seus títulos. No entanto, a maioria deles não apresentava uma reflexão conceitual mais esclarecedora sobre o termo. Os poucos que o faziam se restringiam a falar somente de representações sociais, ignorando as dimensões filosóficas do problema. Assim sendo, tanto pelas dificuldades semânticas que podem ser verificadas na exposição que fizemos a partir de Hanna Pitkin, Ginsburg e dos quatro eixos que Blázquez localizou nos dicionários de língua portuguesa em torno dos quais orbita a construção do significado do termo *representação*, quanto pelas críticas de Capelato e Dutra à historiografia brasileira que desenvolve esta temática,

¹ As autoras analisaram trabalhos escritos entre 1984 e 1994 sobre História do Brasil envolvendo o conceito de representações na política. O objetivo era contribuir para o conhecimento das pesquisas que estavam sendo realizadas nesta linha de interpretação que naquela ocasião foi caracterizada como “nova”. Segundo elas, as informações apresentadas poderiam ser úteis para um maior intercâmbio, nacional e internacional, entre os historiadores que trabalham com a história das representações políticas. Passados já sete anos da data de publicação deste artigo na coletânea sobre representações organizada por Jurandir Malerba e Ciro Flamarion Cardoso, percebemos que muitas destas críticas ainda fazem sentido e muitos destes problemas podem ser notados não somente nos trabalhos que tratam de representações políticas, mas em vários outros, de história ou não, que envolvem de uma forma geral o conceito de representação.

² Encontramos 199 trabalhos no banco de teses e dissertações da USP usando o conceito de representação. Mencionamos este acervo da biblioteca da Universidade de São Paulo apenas como um exemplo, o escolhemos por ser de fácil acesso a todos e pelo fato de poder ser consultado usando a Internet a partir de qualquer computador.

podemos ver que estamos diante de um conceito repleto de polissemias e sem um significado fixo. Passemos a observar algumas especificidades deste conceito.

2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

O pressuposto do qual partem os autores que trabalham com as representações sociais é de que os fenômenos humanos podem ser conhecidos e explicados a partir de uma perspectiva coletiva, mas sem ignorar o indivíduo. Trata-se de uma forma de conhecimento que tenta construir uma realidade comum a um conjunto social. Ciro Flamarion Cardoso diz que as representações sociais são construídas a partir de representações mentais examinadas no nível individual. Segundo ele, “as representações mentais constituem a matéria prima das representações sociais” (Cardoso, 2000: p. 25).

Marcos Alexandre (2004) critica a visão, que ele chama de “reducionista”, de quem trata a psicologia como o estudo do individual e a sociologia como o estudo da sociedade, visão esta, que, segundo o autor, perdurou por vários anos e teve origem em leituras diferentes da obra do médico, filósofo e psicólogo alemão Wilhelm Wundt. Cardoso (2000: p.25) interpreta a psicologia social como uma resposta a esta visão considerada reducionista e, desta forma, aponta a psicologia social neste encontro da psicologia com a sociologia. É na psicologia social que o conceito de representações sociais se desenvolve, ele é uma das noções fundamentais desta disciplina. No entanto, cabe ressaltar que estamos cientes dos múltiplos enfoques que este conceito permite, as dualidades e as contradições dentro da própria psicologia social acerca das dimensões do campo de estudos das representações sociais, mas não temos como tratar de cada um destes aspectos aqui, pois isso, devido à extensão do problema, fugiria aos objetivos deste artigo¹.

O conceito de representação coletiva foi introduzido em 1898 pelo sociólogo francês Émile Durkheim. Com este conceito, Durkheim pretendia explicar fenômenos como a religião, por exemplo, que, segundo ele, deveria ser pesquisada a partir de investigações que tivessem por objetivo o coletivo. Émile Durkheim, ao propor esta divisão, se fundamentava na concepção de que as regras que comandam a vida individual são distintas das que comandam a vida coletiva. É que para Durkheim, a vida

¹ Sobre estas dificuldades, ver o artigo de Mary Jane P. Spink intitulado “O conceito de representação social na abordagem psicossocial” publicado nos Cadernos de Saúde pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, 1993; observar também “Representações sociais” de Serge Moscovici (2003) e “As representações sociais” de Denise Jodelet (2001).

social seria a condição de todo o pensamento. A individualidade se constitui a partir da sociedade (Alexandre, 2004: p.2). Assim, a representação coletiva, para ele, não é somente a soma das representações individuais, mas um novo conhecimento, que pode, inclusive, favorecer uma recriação do coletivo.

A partir das leituras desta noção de representação “coletiva” da obra de Durkheim, surgiu na psicologia social o conceito de representações sociais. Cardoso (2000: p. 23) afirma que para os psicólogos, as representações sociais têm, entre outras, a característica de facilitar a comunicação e com isso garantir o que ele chama de “capital cognitivo comum” aos membros de um mesmo grupo. Isto é também ressaltado por Mary Jane P. Spink, que tendo em vista as contribuições de Denise Jodelet, nos adverte que é justamente a partir deste ponto que o conceito de representações sociais diverge do conceito de representação coletiva, pois suas estruturas são dinâmicas apreendidas no contexto das comunicações sociais, e, desta maneira, mais flexíveis e permeáveis que as representações coletivas de Durkheim. Estas características aproximam as representações sociais das modernas análises de discurso, que, influenciadas por Wittgenstein¹, são centradas na relação entre linguagem e ação (Spink, 1993:p. 6).

A substituição, então, do termo “coletivas” pelo termo “sociais”, marca a diferença estabelecida com relação a obra de Durkheim no que diz respeito ao conceito de representações.² Márcio Oliveira nos mostra com suas reflexões sobre a obra de Moscovici que, para este romeno naturalizado francês, as representações sociais não derivam de uma única sociedade, como em Durkheim, mas de diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior (Oliveira: 2004). Ou seja, estas representações não podem ultrapassar a sociedade. Esta diferenciação entre coletivo e social é tão complexa, que nem o próprio Moscovici forneceu uma explicação sobre ela. Na página 358 do capítulo 7 da obra resenhada por Oliveira, Serge Moscovici diz “não espere que eu jamais seja capaz de explicar a diferença entre coletivo e social”. Levando isto em

¹ Segundo Inês Araújo Lacerda, em sua obra “Do signo ao discurso - Uma introdução à filosofia da linguagem”, para Wittgenstein, a língua não é de propriedade exclusiva do sujeito falante, existe a ação de falar. São jogos de linguagem que mostram que existe um acordo no falar. Assim sendo, a língua não está “na cabeça do falante” e deve ser pensada mediante uma comunidade de falantes. Isto justifica e fornece sentido para que haja regras que governem os atos de fala (Lacerda, 2004: 104; 111; 112). Acreditamos que seja neste aspecto que Spink afirma que as representações sociais se aproximam das análises do discurso influenciadas por Wittgenstein.

² Reflexão apresentada por Márcio S. B. S. de Oliveira em sua resenha do terceiro livro de Serge Moscovici traduzido no Brasil a partir do original em língua inglesa “Social representations: explorations in social psychology”, publicada no volume 19 nº 55 no ano de 2004 da Revista Brasileira de Ciências Sociais.

consideração, não discutiremos a natureza destas diferenciações entre Moscovici e Durkheim aqui. Nossa intenção foi apenas mostrar esse desenvolvimento conceitual.

Denise Jodelet é considerada divulgadora e explanadora da obra de Serge Moscovici. Segundo nos afirma Eugênia Coelho Paredes, Jodelet propõe a teoria das representações sociais de Moscovici como uma alternativa teórica às análises sobre fatos sociais (Paredes, 2006). O que podemos observar a partir das reflexões da própria Denise Jodelet é que para os teóricos das representações sociais tem enorme importância o pensamento do senso comum, do cotidiano da vida das pessoas e dos grupos aos quais pertencem (Jodelet, 2001). A teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e *representam* o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço.

Comentando as idéias de Jodelet, Cardoso diz que a representação social como ela a entende poderia ser caracterizada por quatro pontos: 1) uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto; 2) A representação mantém com seu objeto uma relação de simbolização e de interpretação; 3) a representação é uma mobilização de seu objeto; 4) a representação desempenha um papel crucial no ajuste prático do sujeito e seu ambiente (Cardoso, 2000: p. 30).

Outro autor que nos apresenta uma reflexão sobre o conceito de representações sociais é Roger Chartier. Em sua obra, ele nos diz que sua história cultural tem como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990: p.17). É neste contexto que as representações sociais são inseridas. Suas preocupações são, entre outras coisas, temas como: as atitudes perante a morte, os comportamentos religiosos, as crenças, as formas de sociabilidade, as relações de parentesco, etc. Desta maneira, segundo Chartier, pode-se pensar uma história cultural que “tome por objetivo a compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse” (Chartier, 1990: p.19). As representações do mundo social seriam determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

O livro de Chartier é construído a partir de três noções: representações, práticas e apropriações. Em primeiro lugar temos a representação. Segundo Chartier, ela mostra

sempre duas possibilidades de sentido: 1) exhibe um objeto ausente que é substituído por uma imagem capaz de o reconstituir na memória; 2) a representação exhibe uma presença, como a apresentação pública de algo ou alguém (Chartier, 1990:20). Em segundo lugar, temos as práticas, que pertenceriam a uma outra natureza. O historiador escreve sobre as práticas do passado. Chartier diz que a maioria dos trabalhos que ele orientou tratam de uma forma ou de outra do mundo das práticas culturais¹. O que deve ficar claro é que existe uma distância entre as práticas e os discursos. Por fim, com o termo “apropriações”, Roger Chartier se refere aos modos como um texto, um pensamento, ou uma imagem se transforma e é dada a ler em outros momentos ou outras realidades distintas das que foram produzidas. O autor acredita que há uma série de interpretações, mediações e apropriações que fazem com que seja necessário fazer uma história destas formas de leitura.

Cardoso situa Roger Chartier como crítico de Geertz e discípulo de Bourdieu. A postura de Chartier parte, em primeiro lugar, da crítica da noção de mentalidades. Em segundo lugar, apresenta uma crítica ao enfoque apresentado por Clifford Geertz e, em terceiro lugar, apresenta a aceitação de algumas premissas de Bourdieu. Segundo Cardoso (2000: p. 12), Chartier é fiel à história encarada como uma ciência social. Mas, na opinião do autor, Chartier recusa a “tirania do social²”, invertendo-o por um “reducionismo de signo contrário”, dando a impressão de que a única história possível é a cultural. Além de chamar Roger Chartier de “reducionista”, Cardoso o classifica como “pós-moderno” e ainda diz que Chartier agiu como é “corriqueiro” no tocante “às posições pós-modernas” ou da “nova história”. Ou seja, responder ao que se considera um reducionismo propondo outro reducionismo (Cardoso, 2000: p. 20).

No restante de seus comentários, Cardoso afirma ainda que “a atual voga das representações parece derivar, filosoficamente, de Martin Heidegger” possuindo assim um caráter metafísico. No fim das contas, esta forma de compreender as representações, no entender do autor em questão, acaba em uma “simplificação excessiva, favorita hoje em dia”. Assim sendo, ao que parece, Cardoso considera que a história cultural de

¹ Em entrevista concedida a Isabel Lustosa quando veio ao Brasil participar em seminário sobre história cultural organizado por Sandra Pesavento [<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>] Acesso em 14 de Outubro de 2011.

² Ciro Flamarion Cardoso tira este exemplo, como ele mesmo diz, do texto de Ronaldo Vainfas “História das mentalidades e História cultural”, publicado na obra “Domínios da história” que foi organizada em conjunto pelos dois autores (Cardoso, 2000: 19-20).

Chartier, assim como outras áreas dos estudos sociais, com exceção da psicologia social, que é a que “menos cai” nesta “tentação”, reduzem o pensamento “científico” a “meras representações” (Cardoso, 2000: p. 21).

Já Helenice Rodrigues da Silva considera que as “representações” da história cultural substituem o conceito de mentalidades. Assim, ela aponta a “nova” história cultural como herdeira dos *Annales* (Silva, 2000: p. 82). Segundo a autora, o conceito de representações sociais sustenta a possibilidade de integração entre os indivíduos e o mundo social, para uma geração de historiadores que são herdeiros das tradições dos *Annales*. Interpretando Chartier, Silva garante que o conceito de representação “permite associar antigas categorias que a história social, a história das mentalidades e a história política mantinham separadas” (Silva, 2000: p. 83). Critica, no entanto, o fato de o conceito de representação desempenhar um papel excessivo nos discursos históricos atuais. A autora parece concordar com Cardoso, pois demonstra-se preocupada com os usos demasiados do conceito de representação. Todavia, diferentemente deste, ela não apresenta acusações tão severas, e parece não considerar a história das representações como uma ameaça, a autora apenas sugere que, para ser eficaz, esta forma de abordagem histórica deve integrar também outros domínios da disciplina dialogando com eles (Silva, 2000: p.97).

Não insistiremos mais aqui sobre esta questão, deve-se observar que o debate vai se tornando cada vez mais intensificado e vão surgindo discordâncias quanto ao uso do conceito. Francisco J. Calazans Falcon (2000) parece estar certo ao pretender situar o problema da representação como um fator decisivo para se decidir entre um percurso historiográfico moderno e outro pós-moderno. É justamente sobre o que vamos refletir no próximo item, em que tentamos traçar alguns paralelos entre autores distintos de modo a poder concatenar algumas possíveis utilizações do conceito de representação e sua importância para a teoria da história.

3. A PROBLEMÁTICA DA REPRESENTAÇÃO: UMA QUESTÃO PARA A TEORIA DA HISTÓRIA.

Alguns conceitos atuam como satélites ao de representação, talvez por serem epistemologicamente relacionáveis: real, realidade, identidade, linguagem, discurso e cultura. Algo que já havia sido percebido também por Henri Lefebvre (2006), para quem a representação possui as seguintes características enquanto conceito: 1) emerge e se

formula em condições históricas; 2) possui limites que devem ser circunscritos; 3) suscita novos conceitos; 4) condensa uma gênese que implicitamente o acompanha requerendo assim, um trabalho de genealogia; 5) pretende ser verdadeira e atuante e 6) tem caráter dinâmico. Em nenhuma das obras que consultamos, o conceito de representação é mencionado de forma isolada. Ao contrário, sempre está acompanhado de um destes termos. Por este motivo, a reflexão sobre o conceito de *representação* exige uma análise conceitual sistemática. Os usos deste termo com suas imbricações apontam à teoria da história o desafio de se deparar com vários problemas de caráter filosófico.

As obras de história, em linhas gerais, pretendem ser *representações* de um passado que existiu. Neste sentido, o discurso historiográfico almeja o convencimento de seus leitores sobre a realidade dos fatos nele apresentados. Desta maneira, *representar* significa referir por meio de símbolos a algo que está fora do texto. Na sugestão feita por Luís Costa Lima o que está fora do texto é chamado de real, que é entendido por ele como: “aquilo que se impõe por si, o que, independentemente da linguagem, está aí tanto para os homens quanto para os outros animais” (Lima, 2006: p. 268). Justamente do conteúdo destas afirmações nascem variados problemas. Eles podem ser resumidos, em última instância, na dúvida sobre a possibilidade da *representação* corresponder ou não ao objeto *representado* (Capellari, 2006: p. 57). Trata-se de saber se a *representação* *representa*, ou seja, se o discurso corresponde ou não à “realidade”.

É conhecida por parte dos leitores uma interpretação sobre as obras de Hayden White, que diz que ele afirmou não haver diferença alguma entre história e literatura, pois ambas possuem um caráter ficcional. Os que insistem somente neste ponto das teses de White se concentram em argumentar que isso ocorre porque não possuímos “fatos em si” e “o acesso ao que chamamos de fato histórico é sempre limitado”. Desta forma, a história não seria mais do que retórica¹, literatura e criação estética. Não haveria uma realidade acessível ao historiador. Estas opiniões são bastante difundidas por autores que afirmam que somente temos textos e devemos assumir nossa “condição pós-moderna²”, já que não nos é possível escapar dela¹. Pires (2005:120), por exemplo,

¹ Entendida em um de seus sentidos possíveis, a saber, o que a aproxima da poética, ignorando assim, a tradição da retórica argumentativa presente em Cícero e Quintiliano, como apontou Carlo Ginsburg (2002). Estes diferentes sentidos atribuídos à retórica e seus usos na historiografia podem ser verificados de forma mais detalhada na tese de doutorado do professor Carlos Oiti Berbert Júnior intitulada: A história, a retórica e a crise dos paradigmas, defendida em 2005 na UNB.

² Aqui, estes autores parafraseiam a obra de Lyotard.

ainda cita uma famosa frase de Nietzsche, sem dar os devidos créditos ao autor. Nesta frase, que já foi usada também por Roland Barthes, o filósofo alemão diz que “não há fato histórico puro, pois é sempre necessário introduzir um sentido para que haja um fato”. Pires faz esta menção com a intenção de corroborar suas interpretações sobre Hayden White e outros autores considerados em seu artigo como pós-modernos.

Hayden White (2001) apresenta algumas destas reflexões para afirmar que, de fato, o texto histórico é um artefato literário. Em nosso entender, isso não iguala os textos produzidos pelos historiadores aos produzidos pelos literatos **sob todos os aspectos**. Pensamos que foi este o motivo que conduziu Carlos Oiti Berbert Júnior a acrescentar uma nota de rodapé na tradução que fez para o português de um texto de White, intitulado *Enredo e verdade na escrita da história*, publicado na coletânea *A história escrita - teoria e história da historiografia* (Malerba: 2006), para dizer que, segundo Hayden White, o historiador e o romancista não diferem em nada do **ponto de vista da narrativa**. Em explicações dadas pelo próprio White, ele diz que jamais negou que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade, negando apenas a possibilidade à história de obter um conhecimento científico do tipo, que segundo ele, é alcançado no estudo da natureza física (White, 2001: p. 38). Acreditamos que White pretende **ênfatizar** que **um dos efeitos** das obras dos historiadores é traduzir os fatos em forma de ficções sobre o passado, ou seja, as narrativas históricas “pressupõem caracterizações figurativas dos eventos que pretendem representar e explicar” (White, 2001: 108; 111). Todavia, Hayden White admite que os “eventos históricos” são distintos dos “eventos ficcionais”. Os primeiros podem ou então puderam ser observáveis ou perceptíveis porque são relacionados a situações específicas no tempo e no espaço, diz White. Já os segundos são imaginados, hipotéticos ou inventados (White, 2001: 137).

Luís Costa Lima (2006) aborda também estas questões envolvendo a história, a literatura e a ficção concordando em aspectos mais gerais com estas observações feitas por Hayden White. Segundo ele, o historiador aborda os eventos reais por meio das formas ficcionais vigentes em uma cultura. No entanto, afirma que a narrativa histórica não tem por objetivo tratar de objetos ficcionais. Costa Lima concorda com Paul Ricoeur

¹ Frederico Pieper Pires afirma que este é um pensamento que tem sua matriz em Keith Jenkins para quem a pós-modernidade é o nosso destino histórico, desta forma, não se trata de uma posição que podemos escolher ou não (Pires, 2005).

que mesmo não podendo separar totalmente as escritas da história e da ficção, existe algumas distinções entre História e Literatura. Elas podem ser percebidas, segundo Ricoeur, levando-se em consideração as três fases do que ele chama de “operação histórica”, pois as duas primeiras não precisam aparecer na literatura. São elas: 1) fase documental; 2) fase explicativa/compreensiva e 3) fase representativa (Ricoeur, apud: Lima, 2006: 385).

Talvez estas diferenças entre história e literatura possam ser sintetizadas no fato de que o historiador *representa* acontecimentos que não dependem **exclusivamente** de sua consciência para ter existência, ou seja, que puderam ser percebidos por outros seres humanos que os presenciaram no momento em que ocorreram, ao passo que o literato tem a permissão discursiva para inventar situações e personagens que não apresentem a mínima intenção de ter referência no mundo empírico. Independente dos historiadores do século XX falarem sobre ela ou a apresentarem segundo suas perspectivas e interesses, existiu na Antiguidade uma cidade chamada Roma, que foi capital do que ficou conhecido como Império Romano do Ocidente. Todavia, não há Terra média sem Tolkien, Nárnia sem Lewis; Castália sem Hermann Hesse ou Quixote sem Miguel de Cervantes.

O interesse de Luís Costa Lima nestas discussões é defender sua tese de que a narrativa não exclui a cientificidade e que o fato do texto histórico apresentar categorias pertencentes ao reino da ficção não tira dele suas pretensões científicas. Para isso, Costa Lima apresenta um conceito de narrativa que a entende como estabelecadora de uma organização temporal. É a narrativa que fornece ao diverso, ao irregular e acidental uma ordem. Esta não é anterior ao ato da escrita, mas coincide com ela. Desta forma, História e Ficção são apenas “modos diferenciais da narrativa” (Lima, 2006: 155). Estes são pequenos exemplos de questões que estão direta ou indiretamente relacionadas com o conceito de *representação* e como, dependendo do ponto de vista e das teses defendidas, a pesquisa pode tomar rumos distintos tendo em vista a forma como se entende este conceito que exploramos até aqui.

Nossa intenção é apenas apresentar esta problemática e como ela é tratada pela teoria da história, trata-se antes de algumas pinceladas, apenas a indicação de algumas reflexões possíveis que permitam ao leitor deste artigo se localizar nesta discussão tão ampla. Pensamos que seria interessante resumi-la no que podem ser considerados os dois esquemas mais gerais quando estamos falando do conceito de *representação*: o

realismo e o textualismo. São duas grandes formas utilizadas tanto em filosofia quanto em historiografia para caracterizar distintas maneiras de se relacionar com o conhecimento e como ao homem é possível conhecer as coisas que investiga.

Mencionaremos, em primeiro lugar, o pensamento que entende a *representação* como algo mimético. O conceito de *representação* entendido desta maneira manifesta uma concepção de mundo dualista. De um lado está o mundo físico existente e de outro as *representações* que os homens fazem deste. Assim, a mente *representa* ou *espelha* as coisas por meio das idéias. Esta maneira de se relacionar com o conceito de *representação* é nomeada com o termo realismo.

Em história da arte, por exemplo, de uma maneira geral, esta forma foi utilizada para caracterizar tentativas de *representações* objetivas do “real”. Geralmente, os artistas considerados realistas pintavam paisagens, cenas do cotidiano, etc, em que tentavam, a partir de uma observação direta da “realidade” *representá-la* em tela¹. Tanto o realismo, quanto o naturalismo, acreditam que a arte é a *representação mimética* da realidade exterior².

A *representação* assim entendida é uma cópia pura e simples do real e o *representa* “um por um”. Isso significa dizer que cada entidade lingüística corresponde a um referente, *representando-o* totalmente. Para o realismo, então, existem categorias externas que são “captadas” pela linguagem. Assim, a *representação representa* a realidade, ela cumpre este objetivo de forma plena e satisfatória. Encontramos reflexões sobre estas questões em Francis Bacon, Descartes, Berkeley, Hume e outros. Richard Rorty afirma que esta concepção de mundo segundo a qual a mente “espelha” ou *representa* as coisas através das idéias era uma regra epistêmica no século XVII³ (Rorty, apud: Araújo, 2004: 27). Trata-se de um problema do conhecimento, que é, de modo geral, *representação* das coisas, relação entre uma razão e o mundo, diz Inês Lacerda Araújo, concordando com a reflexão de Foucault em *As Palavras e as Coisas*. Segundo ela, a teoria da correspondência entre coisas e significados dominou toda a tradição da física

¹ São exemplos de pintores considerados realistas: Jean-Baptiste Camille Corot, Jean-François Millet, Honoré Daumier e Édouard Manet.

² Claro que isso é apenas uma forma geral de explicação assumida por nós. O realismo artístico por vezes é caracterizado por ser uma corrente de pensamento que pretende criticar e se opor ao romantismo e por isso acabou mostrando todo este apego à crença de que é possível representar fielmente o real. Temos a consciência de que como toda corrente de pensamento, escola, movimento, etc, o realismo também apresenta diferenças internas, contradições e divisões. Todavia, nosso interesse aqui é apenas pela “tendência geral” deste movimento artístico em considerar a *representação* como algo mimético. Foi inclusive, a partir desta questão, que pôde surgir o naturalismo.

³ A exceção à regra seria o empirismo nominalista.

e da metafísica. Desta forma, a imagem na mente teria a forma do objeto externo, tanto para racionalistas quanto para empiristas (Araújo, 2004: 27; 146; 180).

Segundo Francisco J. Calazans Falcon, as várias escolas ou tradições historiográficas dos séculos XIX e XX, apesar das diferenças, partilham do que ele chama de “uma espécie de realismo histórico”. Ou seja, trabalham com uma idéia de *representação* que tem um caráter epistemológico (Falcon, 2000: 43). Para ele, o conceito de *representação* entendido desta maneira é característica principal da historiografia moderna e tem como centro o logos, ou consciência racional. Este sistema envolve um sujeito do conhecimento com sua capacidade de conhecer as coisas, de apreender o que o autor chama de “real verdadeiro” (Falcon, 2000: 46).

Seguindo estas reflexões apresentadas por Falcon, encontramos uma definição dos pressupostos do realismo. Para ele, o realismo é um sistema filosófico que afirma a existência de um “real” como um “existente” independentemente do sujeito. Este “real” pode ser conhecido em bases racionais. Ou seja, concordando com Bachelard, Falcon nos diz que o realismo acredita que um conhecimento verdadeiro é possível (Falcon, 2000: 48). O autor afirma que houve uma mudança radical em relação às concepções acerca de sujeito e objeto, realidade, objetividade e verdade. Desta forma, a ciência deixou de ser um encontro entre o “real” e a “representação” e passou a ser uma “construção”. Por este motivo, o realismo é criticado e, assim, ora se postula a inexistência da realidade, ora se admite a existência da mesma, mas que esta é incognoscível (Falcon, 2000: 47).

Frank R. Ankersmit, em seu ensaio chamado *Historicismo, pós-modernismo e historiografia*, nos diz que para uma concepção pós-moderna de história, “a representação histórica baseia-se essencialmente na produção de um objeto lingüístico que exerça a função cultural de substituto de um passado não-presente”. Ou seja, o texto é visto como um objeto (Ankersmit, 2006: 104). Esta é a forma de compreensão chamada de textualista. Somente podemos conhecer as representações do passado que encontramos nos textos. De forma alguma o “real” pode ser apreendido, ainda mais em se tratando de um “real” situado no passado. O textualismo trata a ciência e a filosofia como gêneros literários e enfatiza a importância da linguagem.

Assim, a referência perde importância e deixa de ser o fator mais relevante e o texto é analisado em seus princípios internos. Para o textualismo, a referência é apenas mais um entre os diversos jogos de linguagens possíveis. Falando sobre processos de referência, Araújo (2004:209) diz que está em jogo é como as atividades humanas

cognitivas e linguísticas estruturam e dão sentido ao mundo. Assim, o processo de referenciação provém de “práticas simbólicas” e não de uma “ontologia que fixa os seres em um quadro permanente”. Desta forma, não podemos saber como é a realidade enquanto tal.

Para esta concepção, o texto é auto-suficiente, daí o termo “textualismo”. Tudo que podemos fazer é interpretar os textos e buscar sua coesão metafórica interna, sua fidelidade aos princípios anunciados e escolhidos por ele, sua coerência estrutural e não buscar algo que esteja situado além dos textos. Existe um jogo entre os signos de um texto que fazem com que os elementos lingüísticos presentes nele remetam a outros elementos lingüísticos, criando assim uma rede simbólica textual. Pensando assim, uma *representação* remete-se a outra *representação* e não à realidade. A linguagem constrói não somente o real, mas também o próprio sujeito. O textualismo não nega que existam objetos extradiscursivos, mas nega que possamos conhecê-los.

Costuma-se considerar que a primeira teoria que mencionamos, chamada de realismo, pode ser localizada sobremaneira em obras que são anteriores a Kant e em se tratando de uma teoria da *representação* que leve em consideração a linguagem pode ser encontrada em autores da filosofia da linguagem anteriores ao filósofo estadunidense Willard Van Orman Quine. Desta maneira, concordamos com Araújo (2004) quando ela diz que foi Kant quem abalou a teoria da *representação*, embora, segundo ela, não apresentando ainda uma preocupação específica com a linguagem.

Então desde Kant e suas investigações acerca dos limites das possibilidades do conhecimento apresentadas em sua crítica da razão, a filosofia, cada vez mais, se afastou da crença metafísica de que a “coisa-em-si” pode ser conhecida. Hoje, os pesquisadores das ciências humanas, ou ciências do espírito, para usar o termo de Dilthey, sabem que não é viável um conhecimento pleno do real, podemos apenas conhecer fenômenos, *representações* do real e não o real “em si”, mas ele existe. Esta existência do real é também admitida pelos textualistas. Isso coloca a teoria da história num dilema, escolher entre uma postura realista e outra textualista, se considerarmos apenas o que foi dito até aqui. De forma resumida, sabemos que estamos então diante de códigos, sistemas de símbolos, sistemas de sentido. Trata-se de uma teoria do signo, entendido como algo que *representa*. *Representação* deixa de ser entendida então como algo mimético, cópia pura e simples, para ser entendida como substituição. Ou seja, a

representação não é o real. O signo é assim algo no lugar de outra coisa. Isso é uma teoria do simbolismo. São interpretações de fenômenos culturais.

Atendendo a sugestão de Carlo Ginsburg (2006), não nos esqueceremos, então, de que, por um lado, “a coisa em si” existe, mas também levaremos bastante a sério, por outro, sua consideração de que “o historiador escreve”. Cremos que este cuidado nos manterá a salvo do risco de sermos aprisionados nas quimeras da pura representação, como acontecia com Dom Quixote e os moinhos de vento, para usar uma metáfora foucaultiana. O real antecede qualquer pensamento humano, ou seja, o mundo já existia antes de qualquer texto ser escrito, todavia, o pensamento também configura o real. Só é possível referir a qualquer coisa que seja usando conceitos forjados pelo entendimento, como podemos aprender com o próprio Kant, mas existe algo que não pertence ao reino dos pensamentos e que nos chega pela sensibilidade. Por este motivo, não há como abstrair o real sem o pensamento e nem ao contrário. Insistir nesta dualidade é escravizante.

Isso significa dizer que não vemos a questão da *representação* como algo que ameace o conhecimento histórico ou que constitua uma negação do mesmo. A dimensão da *representação* é uma possibilidade que deve ser levada em consideração e não excluída apresentando como desculpas os inúmeros problemas que traz consigo. Não estamos sugerindo que de um lado está a representação e de outro o real formando uma dicotomia que obrigue o leitor a escolher, ou ficar com a representação ou com o real. Assim sendo, talvez possamos pensar a *representação* como uma dimensão do real. Ou seja, a representação representa sim, só que não representa “um por um” (Araújo, 2004: 165). Desta forma, a representação e o real são interdependentes, um não existe sem o outro.

Todos estes problemas corroboraram para a crise geral que a História enquanto disciplina acadêmica enfrentou (e ainda enfrenta) nos últimos tempos. Carlos Oiti (2005) usa o termo “crise dos paradigmas” para se referir a esta questão especificamente. Segundo ele, o problema central que pôde surgir com esta crise é o da narratividade. Em sua tese de doutorado, o autor investiga as funções exercidas pela narrativa na construção do texto historiográfico e defende a tese de que há uma possível saída para este embate entre os paradigmas moderno e pós-moderno sobre o texto histórico poder ou não se referir ao passado. Segundo ele, essa dicotomia é “aparente” e “enganosa” e podemos perceber isso ao analisar as obras de autores que não se situam nem na esfera

do modernismo e nem na do pós-modernismo. Como exemplo, ele cita: Rösen, Paul Ricoeur, Carlo Ginsburg e Dominick Lacapra. A chave para encontrarmos alternativas a este dilema está no conceito de retórica em suas características argumentativas. Ele sustenta que o debate entre autores modernos e pós-modernos gira em torno da ruptura entre os enunciados individuais e o texto como um todo e é uma questão de ênfase em determinados aspectos da narrativa histórica. O autor acredita que este impasse pode ser revisto “mediante uma teoria da argumentação que unifique as frases individuais e a narrativa como um todo” (Berbert Jr, 2005: 9).

Como podemos ler na abordagem de Lefebvre (2006), não faz sentido caracterizar algumas representações como “verdadeiras” e outras como “meras ficções”, devemos compreender a representação em torno de questões que envolve o poder e a linguagem, ou seja, elas devem ser pensadas em paralelo com as práticas sociais. Devemos assim superar a ilusão de que é possível transcender as representações, pois elas não são verdadeiras e nem falsas, elas ocupam o intervalo entre a presença e a ausência. Esta idéia de intervalo nos faz pensar em uma outra sugestão para este impasse, a noção de voz média encontrada na língua grega, no sânscrito e mais tardiamente no latim.

A voz pode ser descrita como uma categoria gramatical que marca o relacionamento entre o verbo e o sujeito. Esta forma de interação entre aquele que enuncia as sentenças e o conteúdo verbal presente nas mesmas pode se apresentar de forma ativa, média ou passiva. Quando temos um sujeito emitindo algo, sendo o autor de enunciações em que o processo verbal parte dele, estamos diante da voz ativa. Se este sujeito emissor enuncia uma sentença que o apresenta na prática de uma ação cujo fim o interessa diretamente ou ele se empenha de forma particular para concretização da mesma, de forma que ao mesmo tempo que ele é o sujeito é também o objeto desta ação, temos a categoria gramatical da voz média. Por fim, se este sujeito recebe a ação de um verbo, se ele a sofre, esta ação recai sobre ele, temos uma caracterização da voz passiva.

Reflexões a partir da categoria de voz média tem sido feitas na história basicamente como um contínuo diálogo com as idéias de Roland Barthes (1984), que falando sobre o ato de escrever, fez a invocação da voz média da língua grega para falar sobre a noção de (in) transitividade da escrita. Desde que estas questões começaram a aparecer em textos relacionados a história e a problemática da representação, a demonstração preferida para exemplificar esta função média tem sido as construídas em

torno do verbo sacrificar. Na voz ativa, em grego, se utilizamos o verbo *θύω*, teremos o sentido “eu realizo um sacrifício”. Ou seja, é claramente especificado que há um sujeito praticante de uma ação que, possivelmente, se cumprirá em algum objeto. Se utilizarmos a voz passiva, a forma verbal será *θύονται*, significando “eles são sacrificados”, neste caso, o sujeito, ao invés de praticar a ação, é ele próprio a recebê-la. Já na forma verbal média, teríamos *θύομαι*, significando que “eu realizo um sacrifício em meu próprio benefício”. A reflexão sobre a voz média, no entanto, não se limita a este verbo, o filósofo Ludwig Wittgenstein em sua *Gramática Especulativa*, pergunta: se dividirmos os verbos somente em ativos e passivos, como ficarão os casos dos verbos “morar”, “viver” e “ser”, por exemplo?

Charles F. Scott em seu artigo *The Middle Voice of Metaphysics* (1989) mostra que em sânscrito antigo, idioma no qual ainda podemos observar a presença de traços Indo-europeus e Indo-iranianos, é possível remarcar a atuação de formas verbais médias. Por exemplo, em um ritual, o verbo “purificar” geraria em voz média uma sentença como: “Vamos nos tornar puros” ou “Deixe que nos tornemos puros”. O autor fornece outro exemplo a partir do verbo *Pacati*, na voz ativa do sânscrito, ele significa cozinhar, mas “cozinhar algo para outra pessoa”. Na voz média, ele se torna *Pacate* e significa “cozinhar algo para si mesmo”. O verbo “firmar”, na voz ativa *drmhati*, significa “firmar algo”, no sentido de “tornar alguma coisa firme”, quando usado na voz média, o verbo escreve-se *drmhate*, e significa: “tornar-se firme”, “firmar-se”. A voz média do verbo morrer seria *mriyate*, significando algo como “a morte acontece”; o verbo nascer *ayate*, da mesma maneira: “o nascimento ocorre”. Podemos perceber que trata-se de outra forma de expressar o pensamento.

A voz média é uma alternativa para a narrativa que apresenta um autor totalmente consciente acerca dos fenômenos exteriores ao texto, o narrador dos fatos objetivos. Como dizia Barthes, os historiadores sempre foram obsessivos pela noção de objetividade. Por isso, durante muito tempo a obra de Júlio César foi vista como um modelo de narrativa para todo historiador, pois o enredo construído por ele, que mencionava os fatos como se fossem observados externamente (César escrevia referindo-se a si mesmo em terceira pessoa), era o exemplo máxima da objetividade. Pensando somente em duas vozes ficaremos presos na dualidade que envolve a realidade e a representação, pois teremos, de um lado, o historiador representando os fatos (voz ativa) e, de outro, o conteúdo representado pelo historiador (voz passiva).

Ankersmit, aparado pelas reflexões desenvolvidas tanto por Barthes quanto por White, explica que, escrevendo em voz média, o narrador “se escreve”, “se reconhece”, “se torna ele mesmo escrevendo ou falando”. Jörn Rüsen também conclui que se nós queremos compreender o que os historiadores fazem nós temos que superar este pensamento dual e não se deter na contradição entre materialismo versus idealismo, realismo contra construtivismo e também parar de estabelecer reflexões que colocam a evidência empírica, de um lado, e a criação poética, de outro. Ao invés disso temos que olhar a partir da noção de síntese. O autor explica que a história não é um simples fato, história é uma “construção”, quase uma “invenção”. Baseada no que aconteceu, naquilo que foi o caso, mas os simples acontecimentos passados ainda não são história. O passado consiste de coisas reais, que aconteceram em algum tempo e espaço, por certas razões e em contextos, mas antes de chamar isso de história é necessária a intervenção do historiador, é preciso haver uma conexão entre passado e presente, diz Rüsen (2006).

Mário Bruno Sproviero nos mostra isso na entrevista que concedeu à revista *Mirandum*¹. Para acompanharmos a opinião deste autor, é preciso ter em mente que, para ele, a linguagem ultrapassa os limites do individual e que a linguagem é consciência. Desta forma, se algo não está mais na linguagem, também não está mais na consciência. A tese de Sproviero é de que estes dualismos² são características no ocidente porque perdemos a noção de voz média, mencionada acima, e com este desaparecimento houve um empobrecimento da linguagem e perda da capacidade de integração analítica com estes processos que, por este motivo, só se mostram como alternativas duais. Assim, Sproviero diz que “o médio indicaria a fase da *consciência não destacada do mundo*”. Ou seja, o homem e o mundo “integram o mesmo todo e a linguagem expressa esta relação” (Sproviero, 1997).

Isto seria uma das diferenças entre ocidente e oriente em suas relações explicativas do cosmos. O autor fala acerca de uma história dos processos evocados por esta voz média. Segundo ele, a dicotomia “ativo e passivo” foi aparecendo “aos poucos” na linguagem. Devido a isto, a forma média vai se extinguindo numa estrutura cada vez mais complexa. Os resquícios de voz média mais próximo de nós são os verbos depoentes latinos, que não são ativos e nem passivos, eles são de ação ativa, mas

¹ SPROVIERO, M. B. *Língua e Consciência: a Voz Média*. *Mirandum*, Pamplona, v. 3, p. 9-24, 1997. Mário Bruno Sproviero é professor do departamento de Letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo.

² Teoria e prática, empirismo e racionalismo, linguagem e pensamento; e os casos que descrevemos: realismo e textualismo, realidade e representação.

conjugados na passiva. Sproviero cita os exemplos de: morior, loquor, confiteor e meditari (Sproviero, 1997).

Se conseguirmos nos aproximar desta perspectiva média de pensar as coisas, ou pelo menos aprender com ela, colher de suas manifestações em Sânscrito, grego ou latim o necessário para realizar um trabalho historiográfico a partir de três perspectivas e não somente a partir de duas, talvez consigamos ver os padrões ficcionais, tanto onde eles são assumidos (na literatura) quanto onde são negados (na história), não como inferiores, mas como em condições de diálogo, em situações de igualdade. Desta forma, também poderemos imaginar que quando o historiador representa o mundo, não temos um sujeito onipotente, de um lado, representando, objetos fixos, de outro. Fazendo surgir assim um quadro permanente onde basta que tenhamos acesso à narrativa elaborada para encontrar nela a verdade do passado.

Tanto as considerações feitas por Barthes, quanto as investidas de White sobre a questão do ato de escrever e de como na literatura moderna são criados os personagens e eles são feitos falar de acordo com vários posicionamentos e vozes, caminharam no sentido de questionar esta ontologia que fixa os seres em um quadro permanente. A representação não pode ser entendida como algo a parte, como não tendo relação com aquilo que os historiadores chamam de “fato”. O tempo da representação feita pelo historiador é contemporâneo ao dos eventos narrados, ou seja, ao ato da escrita, que é quando o fato surge. Se existisse fato histórico independentemente do historiador não seria necessário escrever nada, bastava pegar os documentos e apresentá-los como sendo o próprio passado. Não tem como se abster do ato de narrar e não há como produzir um texto que pretenda representar o passado sem a utilização das formas históricas. Da mesma maneira, é completamente impossível escrever sobre o passado sem dar ênfase em certos aspectos e ignorar outros. Memória e esquecimento caminham juntos. Mas, além das tradicionais maneiras “o historiador representa o passado” ou “o passado é representado pelo historiador”, podemos pensar: “há passado, há representações, há historiador”.

O passado não é um país estrangeiro. Não se pode visitá-lo. Falar sobre o passado sempre envolverá um processo de tradução de signos e, como diz o filósofo francês Jacques Derrida, devemos estar prontos para aceitar que o significado não vem pronto e não pode ser transportado tão facilmente de um lugar para outro, ultrapassando de forma simples as barreiras linguísticas. Assim, temos uma questão de imaginação no que

diz respeito a todas as propostas de tradução. De um lado, estamos diante do termo tal qual se apresenta no idioma em que faz sua morada, de outro, temos que imaginar um significado obedecendo categorias distintas, ou seja, seguindo ordens impostas pelo conjunto de regras do idioma ao qual se pretende traduzir o termo. O mesmo ocorre quando tentamos traduzir signos do passado. Temos que ler situações culturais que obedecem a outros ordenamentos, signos e regras e transpô-las, tendo em vista os limites da compreensão contemporânea da narrativa que está sendo produzida. O posicionamento diante do conceito de representação é central para nossa compreensão deste tipo de narrativa que pretende falar sobre o passado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Estas alternativas sugeridas são tentativas de pacificação coerentes destes dualismos que apontamos. Ao cientista das coisas humanas caberia escolher, ordenar, interpretar e compreender estas *representações*. Isto significa levar em consideração os quadros de significados em que estas elas são produzidas. É uma história sempre comparativa, pois os símbolos que compõem estes quadros só podem ser entendidos se relacionados e comparados uns com os outros. Mas isso deve ser feito tentando ao máximo da permissão conjugar a realidade junto com a representação como **fenômenos interdependentes** e não pensando em um par de opostos para sempre intransponíveis no que diz respeito ao relacionamento conceitual e condenados à separação eterna nas práticas discursivas. Este é o caso particular que interessa a este artigo e em certa medida também à teoria da história, a saber, como trabalhar com esta dualidade que envolve os conceitos representação/realidade. É isso que mencionamos como sendo a problemática da representação que tentamos situar.

Devemos compreender o conceito de representação tendo em vista uma filosofia dos signos que se movem, onde não há sujeitos fixos, de um lado, representando objetos imóveis, de outro. É como um tabuleiro de xadrez, muda-se a posição das peças e temos novos sentidos, novas ordens, outras cosmologias. Dependendo do contexto, um peão pode se converter em pedra angular. Se pensarmos a *representação* tendo em vista, então, as alternativas que apresentamos neste artigo teremos subsídios para tentar compreender as paratopias nas quais estão metidos os sujeitos de quaisquer discursos e talvez consigamos nos aproximar da idéia de que “há sujeito, há objeto, há

representações”, uma alternativa ao pensamento tradicional de que: “o sujeito representa o objeto”.

Recebido em: 15/10/2011

Aceito em: 26/12/2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Brasil: Martins Fontes, 2007.
- ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. *Comum*. Rio de Janeiro, v.10, nº23, p 122-138, 2004.
- AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao Discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERBERT JR., Carlos Oiti. *História, retórica e crise dos paradigmas*. Tese de doutoramento: Universidade de Brasília, 2005.
- BLÁZQUEZ, Gustavo. Exercícios de apresentação: Antropologia social, rituais e representações In: CARDOSO, C.F; MALERBA, J. (org) *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p 169-194.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- MENDES, Candido Antônio (org.). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. Ficção e história: fato, imaginação e representações. *Revista Margens* São Paulo, nº 4, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, 227-249.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma opinião sobre as representações sociais. In: *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, 9-29.
- CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DISCH, Lisa. Representation “Do’s and Don’ts”: Hanna Pitkin’s The concept of representation.[<http://www.univ-paris8.fr/scpo/lisadisch.pdf>]. Acesso em 14 de Outubro de 2011.

DURANT, Gilbert. *O Imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FALCON, Francisco J. Calazans. *História e Representação*. In: *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p 41-63.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GINZBURG, CARLO. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Relações de Força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMBRICH, E.H. *Meditações sobre um cavaleiro de Pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo: Edusp, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux: na análise do discurso- diálogos & duelos*. São Carlos: Editora Clara Luz, 2006.

HALL, Stuart. “Quem precisa de Identidade?”. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes: 2000. p. 103-133.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. (Trad. Espanhola de óscar Barahona e Uxoá Doyhamboure). México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *História. Literatura. Ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINEZ, Maria Antonia. La representación política y la calidad de la democracia. Universidad Nacional Autónoma de México - Instituto de Investigaciones Sociales. *Revista Mexicana de Sociología*, Cidade do México, v 66, nº 4, 2004. P 661-710.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Resenha de: *Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, V. 19 nº 55 São Paulo, 2004, p 180-186.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

PAREDES, Eugênia Coelho. Resenha do livro: Loucuras e representações sociais. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.22, n.12, 2006.

PIRES, Frederico Pieper. Filosofia da história e pós-modernidade. Revista Margens V. 1, nº 1, 2005.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

_____. Representação: Palavras, instituições e idéias. *Lua Nova*. São Paulo, V.67, p. 15-47, 2006.

POLANCO, J. Marcelo Mella. *Representación política, liderazgos y participación em America Latina: Una propuesta para la comprensión realista de la democracia*. Documentos de trabajo nº 80. Santiago: Universidad de Chile, 2005.

RABENHORST, Eduardo R. *Sobre os limites da interpretação. O debate entre Umberto Eco e Jacques Derrida*. Brasil: Prima Facie, 2002.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v, 4, 1996 p 75-102.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “a representação do passado”: A nova abordagem da historiografia francesa. In: *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p 81-93.

SOUZA, José Crisóstomo. *Filosofia, racionalidade, democracia: Os debates Rorty & Habermas*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem Psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, V 9, nº 3, p 300-308, 1993.

SPROVIERO, M. B. Língua e Consciência: a Voz Média. *Mirandum*, Pamplona, v. 3, p. 9-24, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1995. Pgs. 35-88.

WHITE, Hayden. *Beyond the cultural turn*. Berkeley: University of California Press, 1999.

_____. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.